

(Re)ocupação dos Espaços Públicos: a Narrativa de Secundaristas sobre as Ocupações de Escolas em São Paulo¹

Francine ALTHEMAN²

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG
Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, SP

RESUMO

Este artigo analisa a *performance* de secundaristas na peça *Quando Quebra Queima*, que reencena as ocupações de escolas em São Paulo, que ocorreram em 2015. A proposta é observar como as cenas enunciativas insurgentes representadas e narradas pelos estudantes configuram um sujeito político que aponta para um modo de estar no acontecimento. Esse processo, inspirado no método da igualdade de Rancière, mostra que a narrativa de si se configura como um instrumento político da ação política, fruto do empenho coletivo dos secundaristas. Para analisar as imagens sob o ponto de vista político e estético, recorreremos especialmente aos textos de Rancière (em sua interface com Foucault e Butler).

PALAVRAS-CHAVE: estética da resistência; insurgência; processos comunicativos; secundaristas; acontecimento político.

Introdução

Na última década, movimentos de protesto e resistência têm eclodido no mundo todo, com reivindicações próprias em cada região, marcados, principalmente, pelas formas de organização coletiva. Esses movimentos ficaram sob os holofotes dos tradicionais veículos de comunicação após grandes ocupações de espaços públicos. Podemos citar como exemplo a Primavera Árabe e a emblemática imagem da Praça Tahrir, no Egito, ocupada por milhares de manifestantes; nos Estados Unidos, a população tomou o centro financeiro de Nova Iorque, com o Occupy; os espanhóis tomaram as ruas de Madrid, em um movimento que ficou conhecido como Indignados. Além de ocupar as ruas, esses movimentos têm em comum seu surgimento em um momento de profunda crise financeira, questionando e recusando o sistema capitalista neoliberal globalizado, desnudam a desigualdade socioeconômica desses países e propõem novas formas de

¹ Trabalho apresentado no GP Estéticas, Políticas do Corpo e Gênero, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professora do curso de Jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP), e-mail: franaltheman@gmail.com.

produção e circulação de enunciados em cenas polêmicas. Grande parte de seus integrantes é composta pelos “precariados”, sujeitos de diversas origens sociais, desempregados, estudantes endividados e inseguros quanto ao futuro, jovens desencantados com a democracia e com a política, tomadas pelos interesses do capital (DELLA PORTA, 2015).

No Brasil, as Jornadas de Junho de 2013, organizadas inicialmente pelo *Movimento Passe Livre*, foram inspiradas nas resistências supracitadas e tiveram como estopim a luta pelo transporte público de qualidade (e o direito à cidade) e contra o aumento da tarifa proposto pelos governos. Existem interpretações diversas sobre esse momento na história do Brasil e seus desdobramentos políticos, mas é fato que as Jornadas abriram espaço para uma multiplicidade ambivalente de protestos em uma centena de municípios do país (ALONSO e MISCHÉ, 2017; MENDONÇA, 2015).

Esses movimentos de organização coletiva, chamados “os mais novos movimentos sociais” (DAY, 2004), ou movimentos de insurgência (FOUCAULT, 2010; COMITÊ INVISÍVEL, 2016), têm outras comunalidades importantes: notável capacidade de comunicação, com inovação e criatividade nas formas de disseminar seus propósitos de contestação social; horizontalidade, apartidarismo e negação e/ou rompimento com o Estado; e o uso das redes sociais, como *Facebook* e *Twitter*, em sinergia estratégica com as ocupações dos espaços públicos (BUTLER, 2011; HARVEY, 2014; CASTELLS, 2013).

No final de 2015, um levante estudantil acontece no Estado de São Paulo por causa da proposta de reorganização escolar anunciada pelo governo do Estado. Percebendo a importância da ação direta, e não apenas do ativismo digital, e partindo de um gesto político que elege o agonismo e a articulação como forma de expressão política, estudantes secundaristas promovem um movimento de insurgência³ que ganha relevância nacional e passa a configurar modos de resistência e experimentação de outras possibilidades de organização política coletiva.

É interessante observar que as ocupações rompem com uma instituição formal, estabelecida, de governo para implementar um autogoverno, com escalas de trabalho e divisão de tarefas para a sobrevivência dos acampados, com reuniões de discussão política

³ Diferentemente dos movimentos sociais, os movimentos insurgentes são aqueles que nascem a partir de um acontecimento, rompendo com o estado atual e propondo insurreições, que põem “devires revolucionários em ação” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 52). O ponto forte dos movimentos insurgentes é enfraquecer o tecido do exercício do governo e insuflar o próprio movimento a uma nova legitimidade.

e de estudos, que envolvem a leitura de livros para posterior discussão e debates sobre o andamento do movimento e os próximos passos, com a organização da limpeza, alimentação e higiene realizada pelos próprios estudantes de modo horizontal, sem líderes formalizados.

Apesar do intenso uso das redes sociais digitais, a insurgência também aconteceu fortemente nas ruas, com os corpos tomando o espaço público e configurando-se como corpo político coletivo que performa suas ações a partir de uma cena de aparência em que corpos singulares ganham significância recíproca. Como afirma Butler:

Para que a política emergja, o corpo precisa aparecer. Eu apareço para os outros e eles para mim, o que significa que algum espaço entre nós permite que cada um de nós apareça. [...] Isso aparece mais claramente quando pensamos em corpos que agem juntos. Nenhum corpo isolado estabelece o espaço de aparência, mas essa ação, esse exercício performativo acontece somente entre corpos, em um espaço que constitui o hiato entre meu próprio corpo e o corpo do outro. Nesse sentido, meu corpo não age sozinho quando atua politicamente. Na verdade, a ação emerge do “entre” (BUTLER, 2011, e-book sem numeração de página, tradução nossa)⁴.

Nesse sentido, há questões importantes que podem ser apreendidas a partir da experiência das ocupações, especialmente no que se refere ao protagonismo político que o movimento proporciona aos secundaristas, alicerçado em processos comunicativos, que os impele para vivências nas quais combinam habilidades críticas de expressão, justificação recíproca e colaboração, definindo-se enquanto sujeitos políticos, éticos e sociais.

Para discutir parte das questões que envolve o movimento dos secundaristas, proponho, neste artigo, compreender os corpos tomando o espaço como forma de estratégia política e comunicativa por meio das narrativas dos secundaristas que fizeram parte daquele momento. Para isso, proponho analisar as imagens e narrativas produzidas pelo *Coletiva Ocupação*, grupo artístico formado por secundaristas que estavam nas ocupações das escolas em 2015, cuja proposta é recontar a experiência de viver o movimento.

⁴ Do original: “For politics to take place, the body must appear. I appear to others, and they appear to me, which means that some space between us allows each to appear. [...] This happens most clearly when we think about bodies that act together. No one body establishes the space of appearance, but this action, this performative exercise happens only “between” bodies, in a space that constitutes the gap between my own body and another’s. In this way, my body does not act alone, when it acts politically. Indeed, the action emerged from the ‘between’”.

Pretende-se compreender o encadeamento das ações, discussões, reações e resistências que envolvem o movimento, sob o olhar dos próprios secundaristas, observando como eles se apresentam, como insurgem, como comunicam suas demandas e como resistem, em 2015 e hoje, dois anos e meio depois.

Pensando nesse contexto, em que não se pode suprimir ou desconsiderar a voz desse sujeito político, esta pesquisa terá no método da igualdade, proposto por Jacques Rancière (2000a; 2000b; 2007; 2009), a sua inspiração metodológica.

O processo político gerado pelo movimento dos secundaristas, tem também como base conceitual, neste artigo, autores que inspiram a compreensão dessa pesquisa, como Foucault (2010; 2017), na formação do sujeito político do militante que registra as imagens e inscreve essas imagens na insurgência; na perspectiva do acontecimento, como uma configuração de forças e de sentidos que estão em jogo no conflito político, recorreremos a Deleuze (2013).

Movimento dos secundaristas

Apesar da infundada marca de apatia política que acompanha os jovens ou do aspecto de vulnerabilidade que condiciona seu agir (já que eles raramente alcançam o status de interlocutores nos processos decisórios, sendo visto como incapazes de representarem a si mesmos, sendo sua cidadania por várias vezes tutelada), eles têm tido papel marcante nos contextos dos mais novos movimentos sociais.

A necessidade de conter a juventude, seja por meio de leis repressivas, práticas policiais ou pela tecnologia, demonstra um certo medo do potencial da militância estudantil. Entende-se esses movimentos como experimentações criativas, insurgentes, fundantes, que não podem ser estudados com o apoio de discursos e teorias pautados em ideologias neoliberais. É preciso pensar em um novo contexto e léxico para refletir acerca das ações, processos comunicativos e existência desses movimentos, levando em conta as suas peculiaridades.

Conhecida como “Primavera Secundarista”⁵, o movimento teve início em São Paulo, em setembro de 2015⁶, por causa da proposta de reorganização escolar anunciada pelo governo do Estado, que iria transferir, já no ano letivo seguinte, mais de um milhão de alunos para que as escolas fossem divididas por ciclos. Como consequência dessa medida, mais de 150 escolas seriam afetadas.

Ainda em setembro, inicia-se um levante nas redes sociais digitais promovido pelos alunos secundaristas, que questionam o programa proposto pelo governo e reivindicam mais informações, em um primeiro momento. Com o descaso que se segue por parte do governo e com o final do ano letivo se aproximando, os alunos começam a saber, pela própria escola, que não estudarão mais ali, mas também não há informação sobre a escola em que iriam estudar. Vários alunos que estão nessa situação começam a usar o *Facebook* para discutir o assunto e decidir o que fariam. O movimento tem suas primeiras discussões na rede, ainda no final de setembro, por meio de hashtags como #AEscolaÉNossa, #ÉNóisQueManda e #LutarPeloNossoDireito (CAMPOS et al., 2016).

A partir daí, acontece uma sucessão de eventos, que mostram o rompimento dos estudantes com o governo e a consequente insurgência de um movimento que culminaria com o recuo do governo na proposta de reorganização escolar – pelo menos temporariamente – e com a renúncia do secretário de Educação em dezembro daquele ano. Essa onda de protestos, conhecida como movimento de secundaristas, começou com fechamento de ruas em São Paulo, fomentado por *performances* criativas dos alunos e culminou com a ocupação de mais de 200 escolas, entre novembro e dezembro de 2015⁷.

Dois anos depois das ocupações, 14 estudantes que viveram as ocupações se reúnem no *Coletiva Ocupação* e passam a reviver todas as sensações daquele período. Desse encontro nasce a peça teatral *Quando Quebra Queima*, uma narrativa coletiva a partir da perspectiva de quem viveu o dia a dia do movimento e das ocupações.

Durante a peça, misturados ao público, secundaristas narram suas histórias e a história dessa coletividade que nasceu nas ocupações. Além de reviver na peça toda a insurgência das ocupações, meninos e meninas contam as suas próprias transformações

⁵ O nome faz referência à Primavera Árabe, quando uma onda de protestos e manifestações populares que eclodiu no mundo árabe em 2011. Esse momento histórico é considerado o estopim dos mais novos movimentos sociais.

⁶ É importante ressaltar que o movimento se espalhou por vários Estados do Brasil, especialmente durante o ano de 2016, por meio da tática do contágio: os secundaristas “contaminavam” seus colegas de outros Estados para que estes também ocupassem e reivindicassem suas pautas. Cada Estado teve suas próprias pautas de reivindicações.

⁷ Contagem realizada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) em tempo real, entre os dias 8 de novembro de 2015 e 19 de janeiro de 2016.

políticas, sociais, culturais e sexuais. O roteiro é escrito ali mesmo, pelos protagonistas do movimento.

Como a peça é construída por meio da dança e das *performances* corporais, fica evidente que, para eles, a revolução continua acontecendo por meio dos corpos. Neste estudo empírico, concentrei a análise na narrativa corporal dos estudantes, dando protagonismo a eles. É justamente essa dimensão performática da aparição pública dos corpos e palavras insurgentes que nos interessa mais de perto, sobretudo em sua interface com a noção de igualdade enunciativa em Rancière (2009).

Estética dos corpos

O sujeito político age para retirar os corpos de seus lugares assinalados, libertando-os de qualquer redução à sua funcionalidade. Ele busca configurar e (re)criar uma cena polêmica sensível na qual se inventam modos de ser, ver e dizer, promovendo novas subjetividades e novas formas de enunciação coletiva. Essa cena possibilita a emergência de sujeitos de enunciação, a elaboração e manejo dos enunciados, a instauração de performances e embates aí travados, colocando em jogo a igualdade ou a desigualdade dos parceiros de conflito enquanto seres falantes (MARQUES, 2014).

A criação dissensual de cenas e de personagens, de manifestações e enunciações feitas pelo sujeito político é uma das nuances importantes para compreender a retomada das ocupações pelos secundaristas em uma *performance* teatral. Uma cena de dissenso é estética e política ao mesmo tempo porque é o resultado da constituição de uma esfera específica de objetos supostamente comuns e de sujeitos supostamente capazes de descrever essa comunidade, de argumentar sobre ela e de decidir em seu nome (RANCIÈRE, 2009). A ação política estabelece, assim, montagens de espaços, sequências temporais, formas de visibilidade, modos de enunciação que constituem o real da comunidade política e dissensual.

Por outro lado, ao sair do ambiente protegido das redes sociais digitais e ganhar as ruas, os corpos ficam vulneráveis, sem incapacitá-los ou enfraquecê-los. A vulnerabilidade é recorrentemente associada com a vitimização ou a incapacidade de ação. É importante atentar para como os discursos de vulnerabilidade e proteção rotulam indivíduos e grupos como vulneráveis e se isso leva à discriminação, estereotipagem e intervenções paternalistas indesejáveis.

Ao refletir acerca de formas de resistência presentes nas insurgências contemporâneas, Butler e Athanasiou (2016) não negam que a vulnerabilidade, ligada à auto exposição, pode ser um recurso importante para a promoção de modos de ação coletiva, promovendo princípios de justiça. Elas buscam avaliar aspectos de vulnerabilidade que informam modos de resistência, questionando enquadramentos que recusam formas de agência política desenvolvidas em condições de dureza, sem presumir que elas sempre serão eficazes. As autoras advogam que a vulnerabilidade associada à aparição física na cena pública é uma exposição deliberada diante do poder, fazendo parte da resistência política como ato corporal.

São esses dois aspectos, a ruptura com o consenso ligada à performance e, conseqüentemente, a vulnerabilidade ligada às táticas do movimento, que analisaremos nesse reencontro dos secundaristas. Antes, porém, pretendemos compreender como Rancière traçou um método para observar os enunciados ligados à resistência.

O método da igualdade de Rancière: uma proposta metodológica

Rancière (2000b; 2009) esclarece primeiramente que a igualdade dos seres falantes intervém na divisão consensual do sensível como um suplemento, um excesso, uma ruptura com as leis naturais que organizam e coordenam a gravitação dos corpos sociais. Ao mesmo tempo, ele afirma que a igualdade se refere ao potencial de paridade que existe nas práticas realizadas pelos sujeitos. Isso não equivale a pensar a igualdade como “conjunto de direitos atribuídos a indivíduos e populações, com instituições especializadas na redução da distância entre fatos e normas” (2000b, p.6). Quando explica seu método a partir da obra *A noite dos proletários*, Rancière insiste em mostrar que não leu os textos por eles escritos como documentos que expressavam a condição ou cultura dos trabalhadores (ou seja, não se tratava de recolher documentos que detalhavam problemas expressos na linguagem do povo). Procurou lê-los como textos literários e filosóficos, marcas de uma luta por cruzar as fronteiras entre linguagens e mundos.

Na Noite dos Proletários foi necessário que eu extraísse os textos dos trabalhadores do status que a história social ou cultural atribuiu a eles: uma manifestação de uma condição cultural particular. Eu olhei para esses textos com invenções de formas de linguagem similares a todas as outras. A procura de sua valência política estava na sua reivindicação da eficácia da literalidade, nos poderes igualitários da linguagem, indiferente com relação ao status do falante (RANCIÈRE, 2000a, p.116).

Não se trata apenas de produzir novas interpretações sobre enunciados ou objetos, desnaturalizando as interpretações institucionalizadas, mas de invenção de um outro vocabulário, apresentando novos termos, novos enunciados ao lado daqueles que foram adquirindo força de lei. O próprio gesto da escrita é ressignificado nesse processo, uma vez que cria “um certo espaço comum, um modo de circulação da linguagem e do pensamento que não possui nem um emissor legítimo e nem um receptor específico, nem tampouco um modo de transmissão regulado” (2000b, p.12). Esse espaço de reinvenção de enunciados confere à literatura papel especial na construção da igualdade entre os interlocutores.

O método da igualdade de Rancière consiste em procurar nas narrativas das pessoas a subversão de uma performance da desigualdade. Na construção e escrita de sua experiência sensível, o operário (ou o secundarista) implementa um “como se” diferente que desloca a lógica que o remete a um dado lugar social. Não há aqui um uso das artes, da literatura e da escrita como instrumento de libertação da consciência e instauração de uma revolução contra a opressão de classe. Rancière aposta em um reenquadre da situação de opressão: ela não deixa de existir, porém há uma transformação molecular dos afetos que permitem uma abertura a novas percepções.

O operário liberta a si mesmo ao se tornar menos consciente da exploração e ao colocar de lado, seu controle sensorio. Ele liberta a si mesmo ao alimentar um poder de auto-engano (auto-ilusão). Esse poder o faz trabalhar ainda mais em benefício de seu inimigo, e contra a conservação de sua saúde. Mas esse contra-efeito, que resulta de seu modo de reenquadrar o espaço e o tempo de exercício de sua força de trabalho é a fonte de um novo prazer, o prazer de uma nova liberdade (RANCIÈRE, 2009, p.277).

Trabalhar com esse método, portanto, significa compreender que a narrativa do trabalhador deve ser considerada como conhecimento tanto quanto o discurso científico, ou seja, deve-se atribuir ao trabalhador (ao secundarista, no caso desta pesquisa) a mesma capacidade de perceber as questões políticas que o cerca e produzir entendimentos sobre elas. “Nenhum limite positivo separa aqueles que são aptos para pensar daqueles que não são aptos para pensar. É por isso que os limites são continuamente traçados e retraçados” (RANCIÈRE, 2009, p. 281).

Na seção seguinte, observo, a partir do método da igualdade de Rancière, as *performances* dos secundaristas durante a peça *Quando Quebra Queima*. Ao tomarem

para si o gesto de inventar e fazer circular suas próprias palavras, colocam em prática o mesmo gesto dos operários que tiveram suas cartas analisadas por Rancière: um modo de circulação da palavra escrita que pertence à partilha democrática do sensível.

Nesse contexto, deixam evidente as potencialidades políticas da resistência, que corroboram com a formação desse sujeito político. A subjetivação está associada à transformação política de si, ou seja, de um sujeito que assume o risco de narrar sua própria história, expressando sua resistência e conectando-se ao enunciado e à enunciação de modo a não só produzir efeitos sobre os outros, mas a “afetar o objeto da enunciação, produzindo uma transformação existencial” (LAZZARATO, 2014, p.151) escapando às formas biopolíticas de produção do indivíduo.

A potência insurgente por meio dos corpos

A observação proposta neste artigo está ligada a *performance* corporal de secundaristas durante a encenação da peça *Quando Quebra Queima*, que revive as ocupações das escolas que aconteceram em 2015.

Como a peça é construída e encenada pelos próprios secundaristas, que também são militantes, temos que considerar que o discurso é produzido por eles mesmos. A descrição das próprias experiências no calor do acontecimento feita pelo estudante é política. A forma de linguagem, como proposto por Rancière (2010), está aberta a todos e qualquer um pode tomar parte no processo político e ao mesmo tempo estético de construção dessa resistência.



FIGURA 1 – Ícaro Pio, um dos estudantes que participa da peça, no momento em que eles narram os acontecimentos de 2015, mostrando imagens das manifestações, prisões e ocupações.

FONTE: *Coletiva Ocupação*⁸

A dimensão acontecimental, o espaço biopolítico que fica evidente na imagem, a vontade de intervenção nesse espaço, fazem da *performance* a conquista do ato político do qual ela é parte. Nesse sentido, é importante refletir sobre as táticas e estratégias usadas pelos estudantes ao encenar a tomada das ruas, relacionadas à estética, aos símbolos e às performances (RANCIÈRE 2010; GOODWIN et al., 2009; HARVEY, 2014), bem como à vulnerabilidade dos sujeitos envolvidos (BUTLER, 2011; FOUCAULT, 2010, 2017).

A potência política de uma imagem é aquela que produz uma recombinação de signos capaz de desestabilizar as evidências dos registros discursivos dominantes (BUTLER, 2015). Identificar tal potência política se torna possível a partir do momento que indagamos as imagens menos a partir de uma pretensa “mensagem política” a ser decifrada, e mais a partir dos dispositivos de visibilidade que definem e impõem constrangimentos e cerceamentos aos modos como se constroem, na imagem, possibilidades de apresentação e de aparência dos indivíduos determinadas por uma certa partilha consensual e policial do sensível. Segundo Butler (2015, p.14), os enquadramentos são operações de poder: “não decidem unilateralmente as condições de aparição dos sujeitos e acontecimentos, mas seu objetivo é delimitar a esfera da aparição enquanto tal”.

⁸ Extraído da página *Coletiva Ocupação*, do *Facebook*, disponível em < <https://www.facebook.com/coletivaocupacao/>>. Acesso em 05/07/2018.

Uma imagem é política quando deixa entrever as operações que influenciam na interpretação daquilo que vemos, ou seja, a potência política está tanto nas imagens (materialidade sónica) quanto nas relações e operações que as definem. Essas operações influenciam na caracterização política do que vemos: são as relações que definem as imagens, isto é, as relações que se estabelecem dentro e fora do âmbito artístico, que pré-configuram enunciados, que montam e desmontam relações entre o visível e o invisível, o dizível e o silenciável. Como afirma Rancière, “a imagem não é simplesmente o visível. É o dispositivo por meio do qual esse visível é capturado” (2007, p.199) e os modos de sua captura.

Por outro lado, a imagem vai muito além da fotografia. Na peça, o momento retratado é aquele em que os estudantes narram os momentos que viveram durante as ocupações: as manifestações nas ruas, as prisões, as investidas policiais, o medo e os afetos compartilhados com os colegas etc. Essa narrativa é espontânea, sem roteiro pré-definido. Rancière reitera,

[...]temos o poder de colocar em mais palavras em circulação, palavras sem uso e desnecessárias, que excedem a função ou designação rígida. Segundo, porque essa habilidade fundamental de proliferar palavras é contestada incessantemente por aqueles que consideram que “falam corretamente”, ou seja, pelos mestres da designação e classificação que, pela virtude de querer reter seus status e poder, negam essa capacidade de fala (RANCIÈRE, 2000a, p.115).

Trata-se aqui de perceber que a palavra não pode ser controlada, ela vai para lugares que não deveria ir, incluindo as mãos/olhos daqueles que não deveriam manejá-la. O jogo da palavra desierarquizada mostra que o poder nela contido pode ser retomado e desviado por qualquer um. As palavras carregam uma potência política para alterar as relações entre a ordem dos corpos e a ordem das palavras: é quando aqueles que foram tornados inaudíveis pela distribuição socialmente autorizada de papéis efetivamente comunicam suas demandas que a hierarquia social é alterada e novos meios de fazer, ser e dizer aparecem.

Ao contar a sua história e de seus colegas, o secundarista impõe a si mesmo uma ressignificação do passado pessoal e coletivo, vendo-o de uma outra perspectiva.

Exprime uma necessidade de parar repentinamente, de repensar a própria trajetória, de avaliar suas ações e perguntar se valeu a pena, se o tempo não

foi perdido em coisas inúteis, a ansiedade ou angústia suscitando a necessidade da revisão com um desejo latente de justificação (RAGO, 2013, p. 57).

Rancière (2007, 2009) afirma que a importância da escrita (e da leitura) não está necessariamente na produção do conteúdo das mensagens e representações, mas sua associação a um outro regime sensível: o arroubo, a urgência apaixonada, o sentimento de afetação coletiva que conecta o sujeito a uma comunidade mais ampla de atos de pensamento e criação, de palavra e de escuta que se chamam e se respondem. Para ele, referindo-se à *Noite dos Proletários*, o que o operário (neste caso, o estudante) alcança com a leitura e a escrita é também a capacidade de se conectar a uma comunidade sensível parcial, aleatória e que não se vincula necessariamente à classe social, mas que permite pequenas invenções no ato mesmo de fazer circular histórias, objetos e enunciados, multiplicando as racionalidades disponíveis no gesto de conferir uma forma singular à capacidade de fazer e dizer que pertence a todos.

Nesse sentido, a peça mostra esse arroubo e essa urgência especialmente nas encenações com as cadeiras, símbolo das manifestações em 2015.



FIGURA 2 – As cadeiras amontoadas após as *performances* em torno delas
FONTE: *Coletiva Ocupação*⁹

⁹ Extraído da página *Coletiva Ocupação*, do *Facebook*, disponível em <
<https://www.facebook.com/coletivaocupacao/>>. Acesso em 05/07/2018.

Segundo os estudantes, a cadeira não é mais um lugar para sentar na sala da escola (que eles chamam de prisão). As cadeiras viram “trancaço”, viram barricada (que no espetáculo se forma, se move e desloca o público), viram proteção/escudo contra a violência policial.

A imagem insurgente carrega o lastro da realidade, expõe o risco real, o discurso verdadeiro, a precariedade, pois nasce no calor do momento. Nesse contexto, como ressalta Deleuze (2013), o acontecimento é o próprio sentido e evoca seu direito político de existir e de resistir. Ao mesmo tempo, é uma potencialidade coletiva, é uma potência insurgente, que une ainda mais o grupo de secundaristas.

Maurizio Lazzarato (2006) afirma que a vida deixa de ser reduzida a sua definição biológica para tornar-se cada vez mais uma virtualidade molecular da multidão. Nesse contexto, o espaço biopolítico se torna mais potente do que o espaço político, já que ele é um campo fértil gerador de ações e resistências, cujo motor é o coletivo, o desejo da multidão. Inspirados por Deleuze (2013) podemos dizer que a biopolítica, nesse contexto apresentado, biopolítica deixa de ser prioritariamente a perspectiva do poder e de sua racionalidade, e inclui a sinergia coletiva, a cooperação social e subjetiva no contexto da produção de discursos. “Biopolítica não significa mais poder sobre a vida, mas antes a potência da vida” (PELBART, 2011, p. 134).

São essas configurações performáticas que promovem a lógica das emoções, das reações espontâneas dos mais novos movimentos sociais, conforme desenvolvido por Goodwin, Jasper e Polletta (2009) e reiterados por Butler (2011, 2015) ao mostrar que o corpo precisa ocupar as ruas para que a potência política do movimento surja também a partir dos dispositivos de visibilidade que definem e impõem constrangimentos e cerceamentos aos modos como se constroem, na imagem, possibilidades de apresentação e de aparência dos indivíduos determinadas por uma certa partilha consensual e policial do sensível.

Considerações finais

As manifestações insurgentes dos secundaristas em 2015 foram marcadas, dentre outros inúmeros fatores, pela transformação das ruas e das redes em cenas conflituosas de enunciação e demonstração de diferentes tipos de injustiças percebidas e sofridas por grupos e indivíduos que as nomearam em uma multiplicidade de imagens. É possível

afirmar, a partir das reflexões de Rancière (2000a, 2000b, 2007, 2009), que tais manifestações revelaram uma poética de criação dessas cenas, da emergência de mundos nos quais sujeitos e objetos antes não figurados se tornam visíveis e suas palavras são consideradas através, sobretudo, da narrativa de si mesmos.

Esse trabalho de criação de dissenso constitui uma estética da política que, segundo Rancière, relaciona-se com as formas de “produzir diferentes relações entre palavras, os tipos de coisas que elas designam e os tipos de práticas que empoderam” (2010, p.54). A estética da política é, portanto, uma atividade de reconfiguração do que é dado no sensível, operada por um sujeito político dotado de capacidades enunciativas e demonstrativas para alterar a relação entre o visível e o dizível, entre palavras e corpos, entre a saturação e o suplemento. Não se trata simplesmente de apontar formas ideológicas de camuflar desigualdades, mas de nomear e tornar visíveis e verificáveis as experiências singulares que tornam uma condição intolerável.

Por outro lado, Deleuze (2013) adverte que o acontecimento não exige uma compreensão e uma formulação clara. O acontecimento é o próprio sentido, como devir, movimento infinito, o vir a ser. Nas imagens insurgentes há um desconhecimento das consequências dos atos, a história se escreve no durante. As narrativas são paridas no acontecimento. Com isso, criam-se variáveis, forças, disputas que vão se construir e, ao mesmo tempo, construir o sujeito político. Pela *performance*, o militante secundarista faz do corpo coletivo o seu grito, o seu discurso, a sua voz, que ao se tornar visível ao público, expõe o dano social e transforma a forma de olhar aqueles que lutam.

Referências

ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. **Bulletin of American Research**, Vol. 36, Nº 2, pp. 144-159, 2017.

BUTLER, Judith. Bodies in Alliance and the Politics of the Streets. BLUMENKRANZ, C.; GESSEN, Keith et al. **Occupy!** Scenes from Occupied America. New York, Verso, 2011.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith; ATHANASIOU, Athena. **Dispossession:** the performative in the political. Cambridge (UK): Polity Press, 2016.

CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. **Escolas de luta.** Coleção Baderna. São Paulo: Veneta, 2016.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**. Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos**. Crise e Insurreição. São Paulo: n-1 edições, 2016.

DAY, R. From hegemony to affinity. **Cultural Studies**, Vol. 18, Nº 5, pp. 716-748, 2004.

DELLA PORTA, Donatella. **Social movements in times of austerity: bringing capitalism back into protest analysis**. Cambridge (UK): Polity Press, 2015.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GOODWIN, J.; JASPER, J. M.; POLLETTA, F. **Passionate politics: emotions and social movements**. Chicago, University of Chicago Press, 2009.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes**. Do Direito à Cidade à Revolução Urbana. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

LAZZARATO, M. **As Revoluções do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: Edições Sesc e n-1 edições, 2014.

MARQUES, A. C. S. Política da imagem, subjetivação e cenas de dissenso. **Discursos Fotográficos**, Vol. 10, Nº 17, pp. 61-86, 2014.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. **Anais do 39º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu (MG), outubro de 2015.

PELBART, Peter Pál. **Vida Capital**. Ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**. Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas (SP) : Editora da Unicamp, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. Dissenting words: a conversation with Jacques Rancière. **Diacritics**, v. 30, n.2, p.113-126, 2000a.

RANCIÈRE, Jacques. Literature, Politics, Aesthetics: Approaches to Democratic Disagreement. Interviewed by Solange Guénoun and James H. Kavanagh, **Substance**, n.92, p.3-24, 2000b.

RANCIÈRE, Jacques. Le travail de l'image. **Multitudes**, nº 28, p. 195-210, 2007.

RANCIÈRE, Jacques. The method of equality: an answer to some questions. In: ROCKHILL, Gabriel; WATTS, Philip (eds.). **Jacques Rancière: History, Politics, Aesthetics**. Durham and London: Duke University Press, p.273-288, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.